



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 1 de 1

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE CIDELÂNDIA	02
Atos Oficiais	02
Editais	02
Leis	05

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Cidelândia, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação da entidade da Administração Direta deste Município, sendo referida entidade inteiramente responsável pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Cidelândia poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: cidelandia.ma.gov.br.

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse:

cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

As Consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Cidelândia – MA

CNPJ 01.610.134/0001-97

Av. Senador La Roque, s/n – Centro

Telefone: (99)3535-0426

Site: cidelandia.ma.gov.br

Diário: cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 2 de 2

PODER EXECUTIVO DE CIDELÂNDIA

Atos Oficiais

Editais

EDITAL Nº 01/2023 - SEMED

Processo de Eleição para Escolha dos(as) Gestores(as) das Escolas Públicas Municipais de Cidelândia

A Prefeitura Municipal de Cidelândia/MA, através do Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, fundamentada na Constituição Federal/1988, na Lei Federal Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, na Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal Nº 254/2019 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Quadro da Secretaria de Educação do Poder Executivo Municipal de Cidelândia (PCCR), na Lei Municipal Nº 210/2015 – Plano Municipal de Educação, torna público o Processo de Eleição para Escolha dos(as) Gestores(as) das Escolas Públicas Municipais de Cidelândia, em conformidade com a Lei Municipal Nº 332, de 24 de agosto de 2022.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo de Eleição para Escolha dos(as) Gestores(as) das Escolas Públicas Municipais de Cidelândia será regido por este Edital e executado pela Secretaria Municipal de Educação de Cidelândia.

O processo eleitoral, regido por este Edital, será conduzido pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da Comissão Eleitoral instituída através da Portaria nº 134, de 22 de agosto de 2023.

Terá eleição apenas nas escolas reconhecidas pelo Conselho Municipal de Educação e com 100 (cem) ou mais alunos matriculados, de acordo com o Art. 8º da Lei Municipal Nº 336, de 13 setembro de 2022.

Os candidatos eleitos no Processo de Eleição para Escolha dos(as) Gestores(as) das Escolas Públicas Municipais de Cidelândia serão considerados aptos para nomeação na função de gestor(a) e vice-gestor(a) para um mandato de quatro anos.

Em caso de não atendimento das atribuições inerentes à função, falta de desempenho profissional adequado e prática de atos indisciplinados, constatados pela Secretaria Municipal de Educação de Cidelândia, poderá ser exonerado da função de gestor(a) e/ou vice-gestor(a) nos termos da Legislação vigente.

As escolas com 100 a 199 alunos matriculados terão eleições apenas para Gestor(a) Escolar, já as escolas com 200 ou mais alunos matriculados terão eleições para Gestor(a) e Vice-Gestor(a) Escolar (formação de chapa).

O candidato deverá ter ciência que não poderá ter nenhum outro cargo público comissionado, bem como não poderá acumular cargos públicos, conforme disposto na Constituição Federal sob pena de responder legalmente, exceto se compatível com sua carga horária.

A remuneração do gestor escolar será de acordo com o PCCR vigente do município.

O quantitativo de vagas está definido no ANEXO 01 deste edital.

É de responsabilidade dos candidatos conhecerem as normas contidas neste Edital.

O presente Edital está disponível no site da Prefeitura Municipal de Cidelândia.

DAS FUNÇÕES DOS GESTORES(AS) E VICE-GESTORES(AS) ESCOLAR

Compete ao Gestor(a) Escolar, além do estabelecido no PCCR vigente: Dirigir estabelecimentos oficiais de ensino, planejando, organizando e coordenando a execução dos programas de ensino e os serviços administrativos, para possibilitar o desempenho regular das atividades docentes e discentes;

Organizar as atividades administrativas, analisando a situação da escola e necessidade de ensino para assegurar bons índices de rendimento escolar;

Analisar o plano de organização das atividades dos professores, como distribuição de turnos, horas de aula, disciplinas e turmas, examinando-o em todas as implicações para verificar a adequação do mesmo às necessidades do ensino;

Coordenar os trabalhos administrativos, supervisionando a matrícula de alunos, a merenda escolar e previsão de materiais e equipamentos, a fim de assegurar a regularidade no funcionamento do estabelecimento de gerencia;

Propor regulamento traçando normas de disciplina e higiene, definindo competência e atribuições visando propiciar um ambiente adequado à formação integral dos alunos;

Conhecer a legislação educacional;

Requisitar professores para suprir carências;

Elaborar o Plano de Trabalho Anual em parceria com a comunidade escolar;

Coordenar, articular e participar das discussões dos segmentos da comunidade escolar e local sobre a função social da escola, para construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais, Estaduais e Municipais; Submeter à aprovação do Conselho escolar o Projeto Político Pedagógico da escola;

Garantir a elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico;

Definir o horário escolar e garantir o seu cumprimento, conforme orientações para o ano letivo enviadas pela Secretaria Municipal de Educação de Cidelândia;

Garantir a elaboração e execução do planejamento de ensino de acordo com as orientações estabelecidas pela SEMED;

Adequar o calendário escolar em conjunto com o(a) coordenador(a) e Conselho Escolar;

Garantir a realização do plano de ensino por meio do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos docentes;

Viabilizar os processos de formação continuada para o corpo docente, equipe técnica e administrativa da escola;

Acompanhar as atividades pedagógicas junto ao corpo docente, quanto à organização, metodologia, utilização de recursos didáticos, ao domínio de conteúdo e ao relacionamento com os estudantes, bem como orientar sobre o uso do diário eletrônico no que se refere aos conteúdos e atividades trabalhadas de conformidade com o planejamento escolar;

Realizar reuniões com pais, mães ou responsáveis para análise do rendimento dos estudantes e discussão acerca de questões relativas ao processo educativo;

Acompanhar e propor intervenções para correção das taxas de reprovação, abandono, infrequência e similares, de modo a formar competências pedagógicas de sucesso escolar;

Mobilizar a comunidade escolar para realizar a avaliação institucional periódica, com vistas à melhoria contínua da instituição;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 3 de 3

Promover atividades de integração escola-comunidade, estabelecendo parcerias otimizadoras de cunho sócio-educacional;
Organizar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de planejamento, avaliação escolar e do Projeto Político Pedagógico, juntamente com a comunidade escolar;
Promover atividades pedagógicas, científicas, tecnológicas, esportivas, sociais e culturais, em articulação com a comunidade escolar;
Representar, oficialmente, o estabelecimento de ensino, sempre que se fizer necessário;
Propor ao setor competente a abertura de sindicâncias para apurar irregularidade de que tenha identificado, no âmbito do estabelecimento de ensino;
Encerrar em conjunto, com o secretário do estabelecimento de ensino, as atas dos trabalhos realizados durante o ano letivo, encaminhando-as ao setor competente;
Manter a conservação do prédio escolar, mobiliários e equipamentos;
Planejar e acompanhar a utilização das dependências do estabelecimento de ensino para eventos externos;
Apoiar e supervisionar a organização de grupos discentes, com vistas ao exercício da cidadania e ampla melhoria da escola;
Autorizar o exercício aos membros do corpo docente, pessoal administrativo e operacional, de acordo com documento expedido pelo setor competente da Secretaria Municipal de Educação de Cidelândia;
Despachar, em tempo hábil, os requerimentos sobre matrículas, transferências, declarações e outros que lhe competirem;
Expedir declarações e certificados, bem como qualquer outro documento de cunho administrativo ou pedagógico que lhe for solicitado;
Convocar e presidir reuniões técnicas, administrativas e pedagógicas mediante a necessidade da escola;
Zelar pelo cumprimento do expediente dos funcionários de acordo com a lei vigente;
Controlar a frequência e pontualidade dos servidores, enviando ao setor competente da Secretaria Municipal de Educação de Cidelândia os documentos pertinentes (Resumo de Ponto);
Responder, legalmente, perante os órgãos públicos competentes, pelo funcionamento da Unidade de Ensino;
Notificar ao Conselho Tutelar, a relação nominal dos estudantes menores de quatorze anos regularmente matriculados que se ausentarem da unidade de ensino por 15 dias, a fim de evitar a evasão e a reprovação, conforme a legislação em vigor;
Zelar pela qualidade da alimentação escolar e criar mecanismos de acompanhamento e controle do estoque, evitando desvios dos gêneros, bem como comunicando ao setor competente, qualquer irregularidade detectada;
Realizar a gestão dos recursos tecnológicos e de consumo da escola para otimizar os processos administrativos e pedagógicos;
Articular a relação entre a escola e a SEMED;
Articular a relação entre a escola e a comunidade;
Formular e adotar medidas normativas e regulamentares condizentes com os objetivos da escola;
Articular, organizar e supervisionar as ações de todos os segmentos da comunidade escolar no cumprimento da função social da escola;
Assegurar o processo participativo de tomadas de decisões e zelar para que essas ações se convertam em ações concretas;

Conhecer a legislação educacional e de ensino, as normas emitidas pela Secretaria Municipal de Educação e o Regimento Escolar, assegurando seu cumprimento;
Coordenar o trabalho da Secretaria da Escola, zelando pela organização, atualização e conservação da documentação e escrituração escolar;
Conferir, expedir e assinar documentos escolares, em concordância com as Diretrizes e/ou Resoluções do Conselho Municipal de Educação de Cidelândia;
Divulgar os objetivos e metas da escola, assim como acompanhar o desempenho dos estudantes e apresentar os resultados à comunidade escolar;
Monitorar os registros de frequência, conteúdos programáticos e notas no Diário Eletrônico do Município de Cidelândia;
Planejar, controlar, acompanhar e avaliar, junto com o Conselho Escolar e/ou a Caixa Escolar, a administração dos recursos financeiros e o controle fiscal;
Prestar contas dos recursos financeiros à comunidade escolar e aos órgãos competentes;
Disponibilizar o acesso aos documentos normativos da escola a toda comunidade escolar;
Fornecer as informações solicitadas no Censo Escolar da Educação Básica;
Conferir os dados preliminares do Censo, publicados no Diário Oficial da União, e caso seja necessário, proceder às correções, dentro dos prazos legais, no sistema Educacenso;
Comunicar aos pais ou responsáveis a saída antecipada do aluno devido a prática de atos de indisciplina.
Ao Vice-Gestor(a) Escolar compete:
Representar ou substituir o Gestor/a Geral em sua ausência e/ou impedimentos;
Desenvolver, em conjunto com o Gestor/a Geral, todas as atribuições que lhe são impostas.
DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ELEIÇÃO
Poderão participar do Processo de Eleição para Escolha dos(as) Gestores(as) das Escolas Públicas Municipais de Cidelândia apenas aqueles que se enquadrarem nos seguintes requisitos:
Ter pelo menos 02 (dois) anos de efetivo exercício no magistério e ter sido admitido dentro dos critérios da Lei, se concursado.
Ter experiência pedagógica de 6 (seis) anos ininterruptos na rede pública municipal de ensino de Cidelândia comprovada através de contrato, se contratado.
Ter formação em nível superior na área da educação com licenciatura, ou formação em outra área com Pós-graduação em Gestão, Orientação ou Supervisão Escolar.
Possuir reconhecida capacidade, conduta ilibada e não está inadimplente junto aos órgãos municipais, estaduais e federais.
Estar quite com as obrigações eleitorais.
Não estar sob licenças médicas reiteradas.
Estar em efetivo exercício da função e/ou cargo na rede pública municipal, comprovado por meio de declaração do Diretor de Recursos Humanos.
Não esteja em processo de aposentadoria.
Comprovar disponibilidade de tempo para o exercício da função ou o mínimo de dois turnos.
Participar do Curso de Gestão Escolar ofertado pela SEMED e obter desempenho satisfatório.

Município de Cidelândia – Estado do Maranhão

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 4 de 4

Obter validação do Plano de Gestão Escolar emitido pela Comissão Eleitoral.

DAS INSCRIÇÕES

A inscrição no Processo de Eleição deverá ocorrer no período indicado no ANEXO02 deste Edital.

A inscrição no Processo de Eleição será realizada presencialmente na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Antonia Barbosa Torres, nº 2020, Centro, Cidelândia Maranhão.

A inscrição será individual, para candidatos das escolas com 100 a 199 alunos, ou por chapa, para candidatos das escolas com 200 ou mais alunos.

A inscrição será efetivada, de fato, após a validação e publicação dos Planos de Gestão dos candidatos.

Sob pena de desclassificação, deverão acompanhar o formulário de inscrição, de forma obrigatória, cópia legível dos seguintes documentos (acompanhada dos originais para fins de conferência):

Carteira de Identidade com foto-RG (frente e verso);

Cadastro de Pessoa Física-CPF;

Portaria de Nomeação ou contrato;

Termo de Posse para concursados;

Declaração de lotação atual;

Declaração de disponibilidade de tempo para o exercício da função (ANEXO 03);

Diploma de Graduação para os licenciados;

Diploma de Graduação (para não licenciados), acrescido de certificado de Pós-Graduação em Gestão, orientação ou Supervisão Escolar;

Certidão de antecedentes criminais (disponível em:

<https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao>);

Certidão de quitação eleitoral (disponível em:

<https://www.tse.jus.br/#/>);

Declaração de tempo de serviço no Magistério emitida pelo Diretor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Cidelândia.

DO CURSO DE GESTÃO ESCOLAR

O Curso de Gestão Escolar será ofertado, pela SEMED, para os candidatos devidamente inscritos no Processo de Eleição para escolha dos Gestores(as) Escolares.

O Curso de Gestão Escolar será realizado nos dias 26 e 27 de setembro de 2023.

Os candidatos devem apresentar desempenho satisfatório no Curso de Gestão Escolar sob pena de não efetivar a inscrição.

O Curso versará sobre as seguintes temáticas:

Política e gestão educacional;

Gestão pedagógica;

Gestão de Órgão colegiados;

Gestão administrativa e financeira na educação;

Gestão de pessoas e liderança.

DO PLANO DE GESTÃO

O Plano de Gestão Escolar é um documento escrito conforme as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) a ser elaborado pelo candidato/chapa que concorrer à Eleição para Escolha dos Gestores das Escolas Públicas Municipais de Cidelândia.

O Plano de Gestão Escolar, será elaborado para a execução no período de 04 (quatro) anos, devendo explicitar metas que evidenciem o compromisso com o acesso, a permanência e a garantia das aprendizagens dos estudantes regularmente matriculados da Rede

Municipal de Ensino, em consonância às diretrizes nacionais e o Currículo Municipal.

O Plano de Gestão Escolar deverá ser apresentado à comunidade escolar pelos candidatos à gestão e deverá conter no mínimo:

Identificação da escola;

Diagnóstico da situação atual da escola;

Missão e visão da escola;

Objetivos, metas e ações;

Plano de gestão financeira;

Resultados Esperados.

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática compreende a etapa de eleição nas Unidades de Ensino conduzida pela Comissão Eleitoral realizada mediante sufrágio facultativo, participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Os atuais Gestores devem providenciar a organização da Unidade de Ensino para realização do processo eleitoral.

Poderão votar na eleição para escolha da Gestão Escolar: professores em exercício, pais ou responsáveis, alunos maiores de 14 (quatorze) anos.

Os votos terão pesos diferentes: professores e funcionários – 3 pontos; pais ou responsáveis – 2 pontos; alunos – 1 ponto.

Cada Unidade de Ensino em que ocorrerá eleição terá três urnas: uma destinada aos professores e funcionários da escola; outra destinada aos pais ou responsáveis; e uma destinada aos alunos.

Será utilizada a lista de frequência dos alunos para credenciamento dos eleitores aptos a votarem (alunos, pais ou responsáveis).

O Resumo Mensal será utilizado para credenciamento dos professores e funcionários aptos a votarem.

Em nenhuma hipótese um eleitor terá direito a mais de um voto em cada Unidade de Ensino.

DA CAMPANHA ELEITORAL

O candidato à função de Gestor(a) Escolar realizará a campanha eleitoral consoante os padrões éticos compatíveis com a função, não sendo permitida a utilização de meios que caracterizam o abuso do poder econômico durante o processo eleitoral.

O Plano de Gestão Escolar será o instrumento principal de divulgação da campanha eleitoral dos candidatos.

Os candidatos poderão divulgar o Plano de Gestão junto à comunidade escolar durante a campanha eleitoral, conforme período previsto no ANEXO 02.

Os gestores(as) atuais que forem candidatos, serão afastados dos seus respectivos cargos durante o período de campanha (11/10 a 18/10/2023), conforme ANEXO 02.

Durante o processo eleitoral para a escolha do Gestor(a) Escolar será proibida a propaganda que:

Implicar em promessa ou vantagem de qualquer natureza;

Perturbar o sossego público;

Praticar ações tendentes a influenciar, coagir ou vedar a vontade do eleitor;

Fizer uso do horário de aula;

Caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa envolvida no processo eleitoral.

Utilizar de recurso da Unidade de Ensino para as atividades promocionais de campanha de qualquer dos candidatos;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 5 de 5

Utilizar de material de consumo da Unidade de Ensino para fins de promoção de campanha de qualquer dos candidatos;

Oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza.

DA ORGANIZAÇÃO DA ELEIÇÃO NAS UNIDADES DE ENSINO

Em cada Unidade de Ensino que houver eleição, terá um **Grupo de Trabalho** formado por:

Um representante da Comissão Eleitoral, no mínimo;

Um representante dos professores ou funcionários;

Um representante de pais ou responsável.

A Grupo de Trabalho irá conduzir a eleição nas Unidades de Ensino.

Cada candidato ou chapa poderá indicar um Fiscal.

A Comissão Organizadora providenciará e encaminhará os seguintes materiais para as unidades de ensino:

Formulário para cadastro do Grupo de Trabalho;

Lista com os nomes dos eleitores;

Cédulas de votação;

Urnas para votação;

Ata de resultado da eleição;

Outros documentos que se fizerem necessários aos trabalhos relacionados à eleição.

DA VOTAÇÃO

A Eleição (VOTAÇÃO) será realizada nos dias:

19 de outubro de 2023 – Escolas da sede;

20 de outubro de 2023 – Escolas da zona rural.

Os eleitores deverão apresentar, no ato da votação, documento de identificação com foto, exceto os estudantes menores de 18 anos.

O horário de votação, nas Unidades de Ensino, será de 08h às 17h.

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESULTADOS

Após o término da votação, a urna deverá ser levada para a sala de apuração, acompanhada pelo Grupo de Trabalho, candidatos e fiscais, onde será aberta para contagem dos votos.

Os votos serão analisados e considerados válidos, nulos ou branco pelo Grupo de Trabalho da Unidade de Ensino antes do processo de apuração.

Serão anulados os votos:

que estiverem identificados com palavras ou marcas;

registrados em cédulas que não correspondem ao padrão oficial;

quando o eleitor votar em mais de uma chapa.

Em caso de empate, considerar-se-á vencedor o candidato que possuir maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Cidelândia; persistindo o empate, considerar-se-á vencedor o de maior idade (Gestor(a)).

Após apuração dos votos, a urna será lacrada e o resultado registrado em Ata padrão, contendo a assinatura do Grupo de Trabalho, candidatos e fiscais.

O Conselho Escolar de cada Unidade de Ensino manterá a guarda de todo o material utilizado no Processo de eleição até o esgotamento de qualquer possibilidade de recurso.

A Ata contendo o resultado será encaminhada à Comissão Eleitoral para Divulgação Oficial (Final) e publicação no Diário Oficial do município pela SEMED.

DA NOMEAÇÃO E POSSE

O processo de nomeação e assinatura do termo de posse serão realizados conforme o estabelecido na Lei Municipal nº 336, de 13 setembro de 2022.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O edital completo está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.cidelandia.ma.gov.br/>

É de inteira responsabilidade do candidato/chapa o conhecimento deste edital e de todos os possíveis comunicados e retificações.

Os casos omissos, no que concerne aos aspectos técnicos e operacionais referentes a este Processo de Eleição, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, com a anuência da Secretaria Municipal da Educação de Cidelândia/MA.

Cidelândia/MA, 28 de agosto de 2023.

FRANCISCO ROBERTO COELHO DE ARAÚJO

Secretário Municipal de Educação

Leis

LEI MUNICIPAL Nº 369/2023, de 28 de Agosto de 2023.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Cidelândia,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São Estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

I - As prioridades e metas da administração pública Municipal;

II - A estrutura e organização dos orçamentos;

III - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidos os créditos adicionais;

IV - As diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - As disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;

VI - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - As disposições finais.

CAPÍTULO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal deverão estar em conformidade com aquelas especificadas no Plano Plurianual 2023-2025, e suas alterações posteriores.

Art. 3º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024 são as especificadas no **ANEXO DE METAS E PRIORIDADES** que integra esta lei, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA), mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º - As metas e prioridades constantes no anexo de que trata este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 6 de 6

planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.

§ 2º - A lei orçamentária não consignará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro, desde que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

§ 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024, será dada prioridade:

- I - Aos programas sociais;
- II - À austeridade na gestão dos recursos públicos; e
- III - à modernização da ação governamental.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2024 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

I - O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - para efeito desta lei, entende-se por:

I - **Diretriz:** o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;

II - **Programa:** o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

III - **Atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - **Projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;

V - **Operação especial:** despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não

resultam um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Modalidade de Aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; e

VII - Unidade Orçamentária: o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção às quais de vincula.

Art. 7º - A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o projeto de lei orçamentária será composta de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados e anexos do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
- III - Relação dos projetos e atividades, com detalhamento de prioridades e respectivos valores orçados, de acordo com a capacidade econômico-financeira do Município.

Parágrafo único - Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

§ 1º - As categorias econômicas de despesa estão assim detalhadas:

- I - Despesas Correntes (3); e
- II - Despesas de Capital (4).

§ 2º - Nos grupos de natureza de despesa será observado o seguinte detalhamento, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

- I - Pessoal e encargos sociais (1);
- II - Juros e encargos da dívida (2);
- III - Outras despesas correntes (3);
- IV - Investimentos (4);
- V - Inversões financeiras (5);
- VI - amortização da dívida (6).

§ 3º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- II - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e
- III - aplicações diretas.

§ 4º - A reserva de contingência prevista nesta lei será identificada pelo dígito 9 no que se refere às categorias



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 7 de 7

econômicas, aos grupos de natureza de despesa, às modalidades de aplicação e aos elementos de despesas.

Art. 9º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I - Às ações descentralizadas de saúde, assistência social e Educação;

II - Atendimento de ações de alimentação escolar;

III - Ao pagamento de precatórios judiciais;

IV - Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

V - Despesas classificadas como operações especiais.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS ADICIONAIS.

Art. 10 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2024, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição da República, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2023, acrescida dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º - Para efeitos do cálculo a que se refere o *caput* deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo.

Art. 11 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2023, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

Art. 12 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada um dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - Para atender ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Legislativo e Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 14 - Caso seja necessário, a limitação de empenho das dotações e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para atendimento de outras despesas correntes e investimentos de cada poder.

Art. 15 - É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de convênios e de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observando o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Art. 16 - Para fins do equilíbrio orçamentário previsto no art. 4º, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 101/2000, as despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando parcela, às despesas de capital.

Art. 17 - Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e

II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuados:

a) os centros filantrópicos de educação infantil;

b) as associações de pais e mestres das escolas municipais;

c) entidades sem fins lucrativos de natureza cultural.

Art. 18 - Somente serão destinados recursos mediante projeto de lei orçamentária, a título de **subvenção social**, às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social para atendimento das despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do art. 12 e nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64, que preenchem as seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II - possuam Título de Utilidade Pública;

III - estejam registradas nos conselhos estaduais de Assistência Social, de Saúde ou de Educação, dependendo da área de atuação da entidade; e

IV - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial.

Art. 19 - É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária, a título de "auxílios" e "Contribuições" para entidades privadas, ressalvadas as que sejam:



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 8 de 8

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportiva;

II - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

III - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Art. 20 – O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

I - suplementar as dotações orçamentárias de atividades, projetos, e operações especiais, até o limite de 75% (**setenta e cinco por cento**) do total da Receita Prevista para o exercício de 2024, utilizando-se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo 1º, Art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

II - transpor, remanejar ou transferir recurso, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, art. 167, da Constituição Federal.

§ 1º - A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º - A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado, devendo ser comprovado mediante cálculos que deverão acompanhar o Decreto de abertura do referido crédito adicional.

§ 3º - O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2024.

Art. 21 – A Lei Orçamentária Anual conterá **Reserva De Contingência**, limitados até 2% (**cinco por cento**) da Receita Corrente Líquida prevista para o ano de 2024, a qual será utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposições contidas na letra “b” do inciso III do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal não orçada ou orçada a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público.

§ 2º - de acordo com o parágrafo anterior e conforme definido no *caput* deste artigo, a Reserva de Contingência poderá ser destinada para servir de fonte compensatória na abertura de créditos adicionais, de acordo com o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64.

Art. 22 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 23 – É vedada a inclusão na lei orçamentária anual de crédito com finalidade indeterminada ou imprecisa.

Art. 24 - As metas remanescentes do Plano Plurianual para os exercícios de 2021 E 2023 não serão transpostas para o exercício financeiro de 2024.

Art. 25 - A abertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado por decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO II

DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

Art. 26 - A transferência de Recursos públicos para pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - a necessidade deve ser momentânea e recair sobre entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município;

II - incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que dispuser lei municipal.

SEÇÃO III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 27 - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 28 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade específica.

Art. 29 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e

III - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

SEÇÃO IV

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 30 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I - das receitas diretamente arrecadadas pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;

II - de transferência de contribuição do Município;

III - de transferências constitucionais;

IV - de transferência de convênios.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 9 de 9

SEÇÃO I

DA PREVISÃO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 31 - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 32 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de alterações na legislação tributária promovidas pelos Governos Federal e Estadual, ou por projeto de lei municipal que vier a ser aprovado.

Art. 33 - Na previsão da receita orçamentária, serão observados:

- I - as normas técnicas e legais;
- II - os efeitos das alterações na legislação;
- III - as variações de índices de preço;
- IV - o crescimento econômico do País.

SEÇÃO II

DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 34 - Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2024 e os dois exercícios seguintes.

§ 1º - As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes condições:

I - Demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;

II - Estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2024 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

§ 2º - A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35 - No exercício de 2024, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação municipal em vigor.

Parágrafo Único - A despesa total com pessoal não poderá ultrapassar, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior aos limites definidos na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a

admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I - Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - Se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e

III - se observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Art. 37 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera com substituição de servidores e empregados públicos, no efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 - Os valores constantes do ANEXO DE METAS E PRIORIDADES, devem ser vistos como indicativos e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a adequar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2024 ao Legislativo Municipal.

Art. 39 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de recursos orçamentários.

Art. 40 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2023, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º - A utilização dos recursos autorizados neste artigo será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

cidelandia.ma.gov.br | cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario

Segunda, 28 de Agosto de 2023

Ano VII | Edição nº 296

Página 10 de 10

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas como:

I - pessoal e encargos sociais;

II - Serviços da dívida;

III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

IV - Categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;

V - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

Art. 41 - Na execução do orçamento, se verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas fiscais estabelecidas, os Poderes, Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho no montante necessário, para as seguintes despesas na ordem abaixo:

I - redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos;

II - eliminação de possíveis vantagens concedidas à servidores;

III - redução de investimentos programados (aquisição de equipamentos e máquinas em geral);

IV - contingenciamento das dotações apropriadas para custeio.

§ 1º - não serão objeto de limitação de empenhos as despesas que representem obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º - Na limitação de empenho observar-se-á a restrição menos onerosa, em obediência ao princípio da razoabilidade.

Art. 42 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I - ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II - a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III - à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV - a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município.

Art. 43 - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000:

I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres; e

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

publicação.

contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cidelândia, aos vinte e oito (28) dias do mês de agosto (08) de dois mil e vinte e tres (2023).

Fernando Augusto Coelho Teixeira
PREFEITO MUNICIPAL

Art. 44 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua

Art. 45 - Ficam revogadas as disposições em



DIÁRIO OFICIAL

MUNICIPIO DE CIDELÂNDIA

Conforme Lei Municipal nº 228, de 13 de setembro de 2017

FERNANDO AUGUSTO COELHO TEIXEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDELÂNDIA – MA
CNPJ 01.610.134/0001-97
Av. Senador La Roque, s/n – Centro
Telefone: (99)3535-0426
Site: cidelandia.ma.gov.br
Diário: cidelandia.ma.gov.br/transparencia/diario